

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 45

Data: 17 de Outubro de 1980

Pg.: _____

A carta de Ludwig divulgada na Câmara

BRASILIA (Sucursal) — Um título de arrendamento perpétuo para as áreas que ocupa e cuja posse é contestada., liberação da hipoteca das terras da Jari feita ao BNDE em troca do financiamento de 200 milhões de dólares obtidos no exterior., criação de distritos florestais no Pará, e no Amapá, para que seu empreendimento possa usufruir de incentivos fiscais do IBDF., e proteção do Estado contra intromissões do Sindicato dos Portuários em seus porto "privativo", são algumas das exigências feitas pelo empresário Daniel Ludwig ao governo brasileiro, e que estão contidas na carta encaminhada ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, Golberi do Couto e Silva, em agosto deste ano.

As reclamações e exigências do dono do projeto Jari ao ministro Golberi foram ontem divulgadas pela CPI da Câmara encarregada de investigar a aplicação de incentivos fiscais na Amazônia, que as recebeu do Palácio do Planalto em atendimento ao pedido de informações apresentando pelo deputado Jader Barbalho (PMDB-PA). Nesse requerimento, encaminhado em nome da CPI, Barbalho pretendia tomar conhecimento do inteiro teor da carta de Ludwig e do relatório apresentado pelo Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Geba), sobre as providências que deveriam ser tomadas para solucionar os problemas funcionários e sociais do projeto. No entanto, somente a primeira solicitação foi atendida.

AS EXIGÊNCIAS

As reivindicações de Ludwig constantes da carta são feitas sempre exigindo providências imediatas do governo e, em diversos trechos, com velas insinuações de prejuízos financeiros aos cofres públicos, caso as postulações não sejam atendidas. E o caso, por exemplo, do trecho em que Ludwig protesta contra a decisão governamental que obrigou sua empresa a vender ao mercado interno 13.890 toneladas de celulose branqueada por trimestre.

Segundo a carta, "a Jari está parada para fornecer aos fabricantes de papel brasileiros até 20 mil toneladas ano de celulose branqueada (um terço da que foi determinada pelo governo), porém qualquer quantidade acima desta é por nós interpretada como sendo injusta e que conduzirá o projeto a sérios problemas econômicos e contratuais, os quais virão a se refletir no País". Se não houver alívio na situação — diz em seguida — a Jari será colocada numa situação extremamente séria, uma vez que não pode continuar operando com prejuízo.

Em outro trecho da carta dirigida a Golberi, Daniel Ludwig assinala que se o governo não apoiar as "legítimas solicitações" de assistência da Jari, "eu começarei por paralisar as operações florestais e ausina de celulose, enquanto tentarei continuar com as atividades relacionadas com o caulim, a bauxita e a serraria."